

Agência é criticada

Dívida Pública

BRASÍLIA – O que mais incomodou o Ministério da Fazenda na avaliação negativa do Brasil feita pela Moody's foi o rebaixamento da classificação dos títulos emitidos em reais, que são utilizados pelo governo para financiar a dívida pública no mercado interno. O ministério divulgou ontem nova nota em que rejeita a avaliação e apresenta um tom ainda mais duro: "O governo brasileiro não hesitará em tomar as medidas necessárias para assegurar a estabilidade macroeconômica, conceito que abriga a estabilidade das relações contratuais com o mercado".

Se o receio é de que o país venha a mudar as regras do jogo, o governo já avisou que elas poderão ser mudadas, mas sem ferir o que já foi pactuado com o mercado. Desta forma, o governo brasileiro rejeita a possibilidade de modificar relações contratuais em andamento, como está acontecendo na Rússia, onde o governo decretou moratória de 90 dias, tanto dos títulos da dívida pública como da dívida externa privada.

Manter a palavra – Segundo a assessoria do ministro da Fazenda, Pedro Malan, o financiamento interno do governo está baseado em "mecanismos de interação entre o mercado, o Tesouro Nacional e o Banco Central". "Não há qualquer razão para supor como cenário plausível que essa relação possa estar em risco, principalmente em decorrência de fatores externos. Mesmo em momentos em que os fundamentos econômicos não eram tão sólidos como agora, o governo

sempre foi capaz de rolar sua dívida interna", diz a nota oficial.

Em relação ao rebaixamento da classificação dos títulos em moeda estrangeira, o ministério afirma que a justificativa da agência não tem coerência com a classificação adotada para outros países. "A Moody's fundamentou sua decisão em fatores externos, ou seja, na volatilidade dos mercados de capital, o que tornaria o Brasil vulnerável a mudanças bruscas de confiança", sustenta a nota. Para o governo, a aplicação desta tese deveria afetar todos os demais mercados emergentes e mesmo economias mais maduras, como as dos países desenvolvidos.

Equívocos – Os adjetivos e substantivos usados para classificar a agência foram severos – "equívoco", "desinformação", entre outros. "Certas agências precisam investir mais em sua capacidade de analisar risco soberano, área em que, como sua experiência recente demonstrou, deixam bastante a desejar", alfineta o comunicado do ministério.

Como esforços fiscais importantes, a assessoria do ministro destaca as mudanças constitucionais e as negociações de dívidas com 24 dos 27 estados da federação. "A avaliação tampouco leva em conta o sucesso que vem alcançando o programa de privatização", lembra a nota.

Por fim, o governo reclama da falta de "diálogo e consulta" da agência, que, até às vésperas do colapso das economias asiáticas, conferia nota máxima a países como a Coreia do Sul.